



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



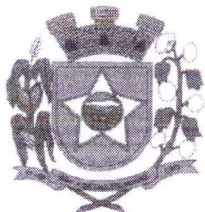
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 071/2024
INEXIGIBILIDADE N.º: 010/2024

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

EMPRESAS PARTICIPANTES:

IBTECH ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

São José das Palmeiras/PR, 12 de Setembro de 2024.

Requerente: Sra Secretária Municipal de Assistência Social

Requerido: PREFEITO (A) MUNICIPAL

Prezado (a) Prefeito (a),

Com minha visita, venho respeitosamente, por meio deste, requerer de V. Exa. Providências cabíveis para contratação de empresa fornecedora, conforme especificação abaixo:

Especificação dos Produtos e/ou Serviços Pretendido:

Descrição do Objeto	Contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.
Valor Máximo Estimado:	R\$ 17.330,00 (Dezessete mil trezentos e trinta reais)
Local dos Serviços/Palestra:	As capacitações deverão ser realizadas em data e local, a serem definidos pela Secretaria de Assistência Social
Prazo de Execução (contrato):	20 (Vinte) dias
Prazo de Vigência:	60 (Sessenta) dias
Fonte de Origem dos Recursos:	O pagamento será efetuado por meio de Recurso Estadual e Recurso Municipal

Neste sentido, venho a presença de V.Exa. solicitar que seja autorizado abertura de Processo Licitatório correspondente, uma vez que o objeto da despesa se enquadra nas exigências da Lei Federal nº 14.133/21, especificamente na modalidade de contratação por inexigibilidade, nos termos do art. 74 da lei indicada.

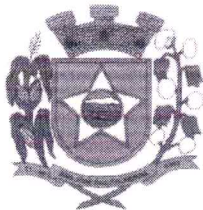
Por fim, destaco que segue anexo ETP – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, nos termos do art. 74, III, f da Lei Federal nº 14.133/21.

Atenciosamente,



Alexandra Nunes Marafija

Secretária Municipal de Assistência Social



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 16 de Setembro de 2024.

DE: SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PARA: SETOR DE FINANÇAS

Prezada Senhora,

Solicito que informe a dotação orçamentária para Contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

Cordialmente,


Alexandra Nunes Marafija

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 18 de Setembro de 2024

DE: SETOR DE FINANÇAS

PARA: SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prezada Senhora

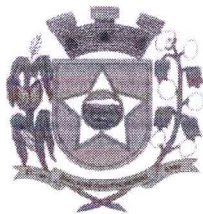
Em atenção à solicitação expedida, informamos a existência de recursos orçamentários para contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	4660	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4730	09.003.08.243.0012.2094	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4731	09.003.08.243.0012.2094	789	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Cordialmente,

Aparecida Conceição Sant Ana Ribeiro

SECRETÁRIA DE FINANÇAS



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Termo de Referência

DE: SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

1 – OBJETO

Contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

2 – JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de capacitar os profissionais e os agentes envolvidos na proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Justifica-se a realização da contratação direta pelo fato da empresa IBTECH ser uma referência no mercado. A equipe demonstra expertise comprovada nas áreas de gestão pública, políticas sociais e capacitação profissional, com experiência em projetos similares. (Material em anexo, a este processo).

3 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A presente contratação é celebrada em caráter **intuitu personae**.

4 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos serviços	Valor Unit.	Valor Total
01	08 horas	01	<u>Módulo 1:</u> <u>Capacitação para o Conselho Tutelar</u> <u>Duração: 8 horas</u> Objetivo Específico: Capacitar os conselheiros tutelares na operacionalização do sistema SIPIA para assegurar registros precisos e eficientes no	3.750,00	3.750,00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



			<p>atendimento às crianças e adolescentes.</p> <p>Conteúdo Programático.</p> <ul style="list-style-type: none">- Introdução ao SIPIA;- Conceitos básicos e importância do sistema;- Visão geral das funcionalidades e módulos;- Registro e Manutenção de dados;- Procedimentos de entrada de dados;- Atualização e edição de informações;- Simulação prática;- Exercícios práticos para inserção de casos no sistema;- Análise de cenários hipotéticos;- Resolução de problemas comuns;- Discussão de desafios frequentes e estratégias para superá-los;- Sessão de perguntas e respostas.		
02	13 horas	01	<p><u>Módulo 2:</u></p> <p><u>Capacitação para o CMDCA e Sistema de Garantia de Direitos</u></p> <p>Duração: 13 horas.</p> <p>Objetivo Específico: Capacitar os participantes na construção do decreto para regulamentação da rede de proteção social e na operacionalização do SIPIA, incluindo o monitoramento das atividades do Conselho Tutelar e a geração dos relatórios estatísticos.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">- Construção e Elaboração de Decretos;	6.080,00	6.080,00



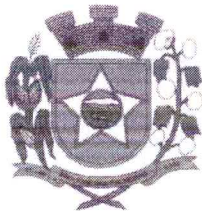
ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



			<ul style="list-style-type: none">- Passos para elaboração de decreto de regulamentação da rede de proteção;- Identificação das necessidades locais e articulação com políticas públicas;- Operacionalização Avançada do SIPIA;- Funções avançadas e personalização de relatórios;- Integração com outros sistemas de gestão social;- Monitoramento e Relatórios;- Criação e análise de relatórios de uso do sistema;- Geração e interpretação de relatórios estatísticos para diagnóstico da situação de violação de direitos;- Estudo de Caso e Exercícios Práticos;- Desenvolvimento de um projeto de relatório realista;- Avaliação dos dados e desenho de estratégias de intervenção.		
03	16 horas		<p><u>Módulo 3:</u></p> <p><u>Capacitação sobre a Lei nº 13.431/2017</u></p> <p><u>Duração 16 horas (flexível conforme demandas).</u></p> <p><u>Objetivo Específico:</u></p> <p>Desenvolver capacitação para gestores municipais e a rede de proteção em relação à Lei nº 13.431/2017</p> <p><u>Conteúdo Programático:</u></p> <p>- Implantação da Lei nº 13.431/17</p>	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



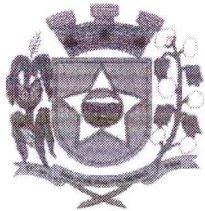
			<ul style="list-style-type: none">- Impactos nos fluxos municipais de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência;- Diferenciação entre Modalidades de Escuta;- Escuta Especializada vs. Depoimento Especial;- Compreensão de Conceitos-Chave:- Revelação espontânea e prevenção da revitimização;- Metodologia de Entrevista;- Técnicas para realizar a Escuta Especializada;- Construção Intersetorial de Fluxos;- Desenvolvimento de fluxos municipais integrados;- Compreensão de Violência e Ações Intersetoriais;- Fortalecimento da Proteção aos Direitos das Crianças e Adolescentes;- Oficinas Práticas;- Construção de decretos, protocolos e fluxos com profissionais.		
TOTAL.....					17.330,00

Metodologia:

- Aulas teóricas e práticas interativas;
- Estudos de caso e simulações;
- Discussões em grupo e assessoria técnica individualizada.

5 - DO LOCAL E ENTREGA

As capacitações deverão ser realizadas em data e local, a serem definidos pela Secretaria de Assistência Social.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



6 – DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

O prazo de execução será de até vinte dias úteis, a contar da solicitação da Secretaria responsável.

O contrato terá vigência de 60 (sessenta dias).

7 – DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto do presente processo será fiscalizada pelos servidores responsáveis conforme a Portaria nº 06/2024, e a fiscalização do contrato será exercida pela servidora Sra. **Danúbia Cássia da Silva Bernabé**.

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Assegurar o livre acesso da CONTRATADA e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária a prestação dos serviços licitados, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente forem solicitados.

Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações do objeto contratual.

Fornecer as informações necessárias para emissão da Nota Fiscal.

Disponer de pessoal para acompanhar/fiscalizar a execução do objeto contratual.

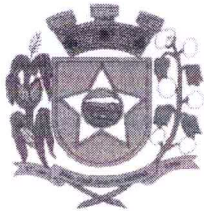
Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato.

Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

9 – DO PAGAMENTO

O (s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) por meio de Recurso Estadual e Recurso Municipal entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da execução dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

1. Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
2. Certidão Negativa de Débitos Federal/INSS;
3. Certidão Negativa de Débitos Municipais;
4. Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
5. Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
6. Certidão de Débitos Trabalhistas.



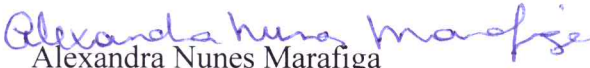
10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Dotações:					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	4660	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.39.00.00	Do exercício
2024	4730	09.003.08.243.0012.2094	0	3.3.90.39.00.00	Do exercício
2024	4731	09.003.08.243.0012.2094	789	3.3.90.39.00.00	Do exercício

11 - DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTOS

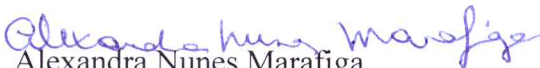
Pelo presente declaro que o orçamento contendo a cotação de preços da empresa, IBTECH – Assessoria e Consultoria em Gestão Pública foi por mim recebido, e rubricado passando a integrar o presente Termo de Referência.

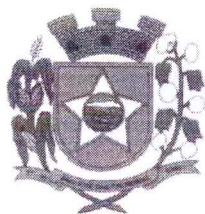

Alexandra Nunes Marafija
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Como condição de classificação, poderá (ao) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos da Lei nº 14.133/2021, diligências que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 30 de setembro de 2024.


Alexandra Nunes Marafija
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é verificar a possibilidade de contratação por inexigibilidade de licitação da empresa IBTECH – Assessoria e Consultoria em Gestão Pública, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação justifica-se pela necessidade de capacitar os profissionais e os agentes envolvidos na proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente

3. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Secretaria de Assistência Social	ALEXANDRA NUNES MARAFIGA

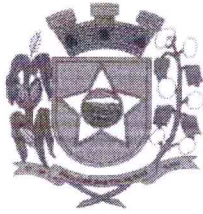
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratada deve ser uma referência no mercado, ter notório saber na área em que atua. Neste contexto, pretendemos realizar a contratação da empresa IBTECH – Assessoria e Consultoria em Gestão Pública para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

O contratado deverá desenvolver a prestação do serviço conforme descrito e solicitado pelo Município no Termo de Referência e Edital.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A empresa que a Secretaria de Assistência Social almeja contratar apresenta documentos que comprovam referência no mercado. A equipe demonstra expertise comprovada nas áreas de gestão pública, políticas sociais e capacitação profissional, com experiência em projetos similares. (Material em anexo, a este processo).



6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Como solução da demanda do Município para melhor atender o evento verificou-se como solução adequada à contratação, pelo fato da empresa ser referência no mercado.

Neste contexto, pretendemos realizar a contratação da empresa IBTECH – Assessoria e Consultoria em Gestão Pública, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

7. VALOR DA CONTRATAÇÃO

O Valor da contratação totalizará: R\$ **R\$ 17.330,00 (Dezessete mil, trezentos e trinta reais).**

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

No presente caso se utiliza do parcelamento do objeto, pois cada capacitação ocorrerá conforme cronograma da Secretaria.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Objetivo da contratação:

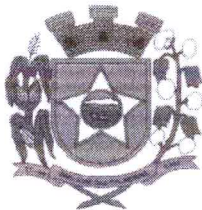
Contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

Objetivos específicos:

Capacitar os profissionais e os agentes envolvidos na proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

No caso em comento, a necessidade está comprovada, haja vista a possibilidade prevista na norma legal e diante das razões expostas, a viabilidade da contratação.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



11. RESPONSÁVEL

Alexandra Nunes Marafija

Alexandra Nunes Marafija

**SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP**



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 02 de Outubro de 2024

À

Comissão de Contratação

Município de São José das Palmeiras – Estado do Paraná

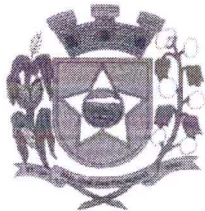
Senhores Membros,

Encaminho para providências necessárias a contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR. Já com meu despacho, autorizando a contratação ficando condicionada suas discriminações ao cumprimento de todas as exigências e formalidades previstas na Lei 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 056/2023, de 24 de maio de 2023.

Atenciosamente,

NELTOM BRUN

Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

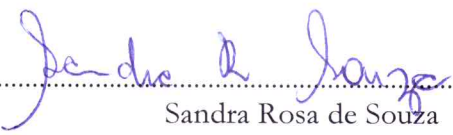


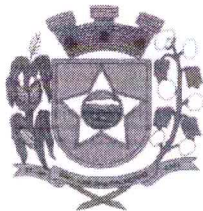
TERMO DE AUTUAÇÃO – FASE EXTERNA DE LICITAÇÃO

Aos quinze dias do mês outubro de 2024, eu, Sandra Rosa de Souza, Presidente da Comissão de Licitação, nomeado(a) pela Portaria nº 10/2024, instaurei o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 071/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº. 010/2024**.

Nos termos do art. 6.º, do DECRETO MUNICIPAL n.º 056/2023, incumbirá ao Agente de Contratação, Pregoeiro ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, a condução da fase externa do processo licitatório.

Para constar lavrei o presente termo.


.....
Sandra Rosa de Souza
Presidente da Comissão de Licitação



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 03 de Outubro 2024.

Ao

Setor Contábil e Financeiro

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER ORÇAMENTÁRIO e FINANCEIRO

Prezados Senhores,

Através do presente, nos termos do art. 74, III, f, da Lei Federal nº 14.133/21, solicitamos informações quanto a disponibilidade orçamentária e financeira contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR., no valor global de **R\$ 17.330,00 (Dezessete mil trezentos e trinta reais)**.

Atenciosamente,


.....
Sandra Rosa de Souza
Presidente da Comissão de Licitação



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



COMPROVAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO
(artigo 150 da Lei 14.133/21)

Informamos que as despesas para contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR, correrão a conta das dotações orçamentárias abaixo citadas do orçamento de 2024.

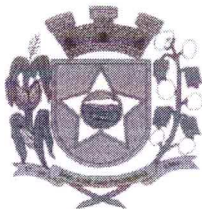
Dotações:					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	4660	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.39.00.00	Do exercício
2024	4730	09.003.08.243.0012.2094	0	3.3.90.39.00.00	Do exercício
2024	4731	09.003.08.243.0012.2094	789	3.3.90.39.00.00	Do exercício

Após a apreciação da solicitação referente a contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR,, informamos que **EXISTE** disponibilidade financeira para execução do objeto do presente processo à contratação.

Com votos de estima e consideração;

São José das Palmeiras, 04 de Outubro de 2024.

APARECIDA CONCEIÇÃO SANT ANA RIBEIRO
SECRETÁRIA DE FINANÇAS



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



AUTORIZAÇÃO

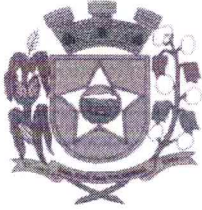
Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei n.º 14.133/21, AUTORIZO a abertura do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO n.º 071/2024**, como **INEXIGIBILIDADE N.º 010/2024**, para contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

Dê-se a publicação de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores.

São José das Palmeiras, 07 de Outubro de 2024.

NELTON BRUN

Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 08 de Outubro de 2024.

À
Procuradoria Municipal
Controladoria Geral do Município

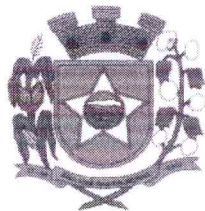
Prezados Senhores,

Através do presente, solicitamos parecer referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 071/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº. 010/2024**, objetivando a contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR

Atenciosamente,

NELTON BRUN

Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



PARECER JURÍDICO

DA: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 010/2024

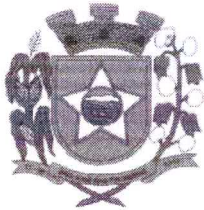
A apreciação deste setor jurídico, processo para análise e aprovação, nos termos do art. 74, III, f, da Lei Federal nº 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo de Inexigibilidade, que objetiva a contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

Destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade procedimental da matéria proposta. Esse exame não contempla revisão de cálculos ou crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

O art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, determinou a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao ressaltar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, especificados na legislação. O objeto da contratação, por ser serviço que somente pode ser disponibilizado por fornecedor único, encontra adequação legal no caput do art. 74, III, f, da Lei Federal nº 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

No caso em tela, a inexigibilidade se justifica por ser a Contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR, conforme documentos trazidos pela responsável pelo ETP e Termo de Referência.

Por fim, cumpre salientar que a contratação pretendida não está incluída no Plano de Contratações Anual (PCA), em razão da não adesão do município à sua confecção.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Da análise da documentação apresentada denota-se a existência de elementos suficientes para deflagrar o processo com base na inexigibilidade, razão pela qual se encontra o presente processo aprovado por este setor jurídico e em condições de ser autorizado por Vossa Excelência, se assim entender conveniente a Administração Pública.

É o parecer.

São José das Palmeiras, 15 de outubro 2024

Herbert Correa Barros - OAB/PR 51.127

PROCURADOR DO MUNICÍPIO



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DA: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre INEXIGIBILIDADE nº 010/2024

Nos termos do art. 58 e seguintes do DECRETO MUNICIPAL Nº 056/2023 DATA: 24 DE MAIO DE 2023, o qual regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, esta controladoria passa a se manifestar sobre o certame licitatório nos seguintes termos:

Exame:

Nos autos do procedimento licitatório realizado na modalidade INEXIGIBILIDADE, para contratação de empresa especializada para contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

Conclusão:

Vislumbrado o exame e verificado a legalidade do processo, a Controladoria é FAVORÁVEL ao mesmo. Encaminhe-se o referido parecer a Comissão de Contratação para que sejam tomadas as devidas providências.

É o parecer da Unidade de Controle Interno.

São José das Palmeiras, 15 de outubro de 2024.


MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI
Assessora de Controle Interno



COMISSÃO DE CONTRATAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 071/2024
INEXIGIBILIDADE n.º 010/2024

I - OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

II – FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, III, f, da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

III – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:

A contratação justifica-se pela necessidade de capacitar os profissionais e os agentes envolvidos na proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Justifica-se a realização da contratação direta pelo fato da empresa IBTECH ser uma referência no mercado. A equipe demonstra expertise comprovada nas áreas de gestão pública, políticas sociais e capacitação profissional, com experiência em projetos similares. (Material em anexo, a este processo).

IV – FORNECEDOR: IBTECH ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

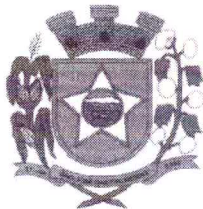
Endereço: Rua Vinte e Um de Abril, nº 114- Bela Vista
Cidade: Palotina – PR.
CNPJ/MF: 52.301.822/0001-06

V – RAZÃO DA INEXIGIBILIDADE O valor a ser gasto pelos serviços está previsto no Artigo 74, da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

VI – PREÇO: O valor será de R\$ 17.330,00 (Dezessete mil trezentos e trinta reais).

VII – JUSTIFICATIVA DE PREÇO: Consultando empresas com ramo de atividade pertinente ao objeto solicitado, encontrou-se na empresa IBTECH ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, a exclusividade exigida, a qual também se encontra em dia com suas obrigações tributárias e previdenciárias, conforme certidões apresentadas.

VII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

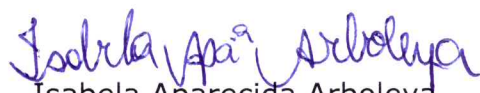


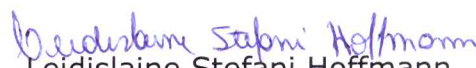
Dotações:					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	4660	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.39.00.00	Do exercício
2024	4730	09.003.08.243.0012.2094	0	3.3.90.39.00.00	Do exercício
2024	4731	09.003.08.243.0012.2094	789	3.3.90.39.00.00	Do exercício

VIII -PRAZO: O prazo de vigência do presente instrumento é de 60 (Sessenta) dias, contados da assinatura do contrato.

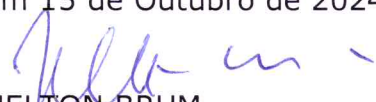
São José das Palmeiras, 15 de outubro de 2024.

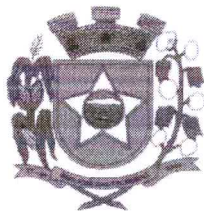

Sandra Rosa de Souza
Presidente da Comissão de Licitação


Isabela Aparecida Arboleya
Membro


Leidislaine Stefani Hoffmann
Membro

APROVO, com fundamento nas razões acima expostas, as quais utilizo para decidir em 15 de Outubro de 2024.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

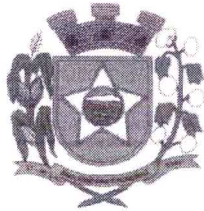


PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2024
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 010/2024

Com fundamento no Artigo 74 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, confirme a inexigibilidade da licitação em favor da IBTECH ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, Localizada na Rua Vinte e Um de Abril nº 114 – Bela Vista – Palotina/PR., inscrita sob o CNPJ de n.º 52.301.822/0001-06, para a Contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

São José das Palmeiras, 15 de Outubro de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 010/2024

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

Fundamento legal: Artigo 74 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: IBTECH ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

Endereço: RUA VINTE E UM DE ABRIL Nº 114- BELA VISTA

Cidade: Palotina/PR

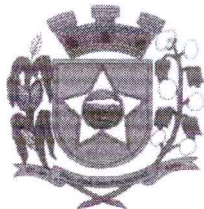
CNPJ/MF: 52.301.822/0001-06

Preço: O valor será de **R\$ 17.330,00 (Dezessete mil trezentos e trinta reais).**

Prazo: O prazo de vigência do presente instrumento é de 60 (Sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

São José das Palmeiras, 15 de Outubro de 2024.

NELTON BRUN
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Contratação a Inexigibilidade de Licitação nº 010/2024, adjudicando o objeto de Bem/Serviço Contratação de pessoa jurídica, para promover capacitação para Conselheiros Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de São José das Palmeiras/PR.

A Empresa vencedora foi: **IBTECH ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com o valor total de **R\$ 17.330,00 (Dezessete mil trezentos e trinta reais)**.

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 15 de Outubro de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal